

Lex

ENTREVISTA
**MANUEL CAVALEIRO
BRANDÃO**

“Há um número preocupante de empresários a produzirem com prejuízo”

Novo sócio da Vieira de Almeida admite que há dificuldades em empresas mais expostas à energia.



MANUEL CAVALEIRO BRANDÃO SÓCIO DA VIEIRA DE ALMEIDA

“Há um número crescente e preocupante de empresários a produzirem com prejuízo”

Manuel Cavaleiro Brandão, sócio da Vieira de Almeida, admite que há dificuldades nas empresas mais dependentes da energia para produzirem. Apesar da crise, acredita que o país será capaz de atrair investimento.

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

A crise decorrente da guerra na Ucrânia e dos custos da energia, que dispararam, “tem levado um número crescente e preocupante de empresários a assumirem que estão em crise e a produzir com prejuízo, que não conseguem repor rapidamente”. Quem o diz é Manuel Cavaleiro Brandão, o homem que hoje lidera o escritório do Porto da sociedade Vieira de Almeida e Associados (VdA). Ao Negócios, o conhecido advogado, que protagonizou uma recente saída de outra firma de topo, a PLMJ, explica o porquê desse processo. Ajuda-nos ainda a perceber o porquê da aposta dos investidores no país e no Norte, em particular. Algo que acredita irá manter-se, apesar da conjuntura adversa.

O que é que está a passar-se no Norte em termos económicos que justifique a recente aposta da VdA no escritório do Porto?

Portugal, no seu conjunto, tornou-se extremamente apetecível, nos últimos anos, na atração de investimento. Dizemos que o país é seguro, com qualidade de vida, que as pessoas são fantásticas, que os trabalhadores são ótimos, mas às vezes esquecemo-nos de que isso é de facto verdade, sem nos darmos conta de quanto, nos últimos anos, nos tornámos atrativos para o investimento estrangeiro. Curiosamente, o Norte, em particular, está a destacar-se neste âmbito.

Porquê o Norte em particular? Pelas mais diversas razões.

Pensamos sempre que o clima ideal é o do Algarve, a seguir o de Lisboa e, no limite dos limites, o do Porto, um clima húmido e chuvoso. Nem o Porto e o Norte são tão chuvosos, nem sobretudo as pessoas querem sempre o calor absoluto. Por exemplo, nos últimos anos, na região Norte do país temos assistido a um afluxo de investimento francês.

Em que áreas de atividade?

Em todas as áreas. Estão a acompanhar o movimento de reindustrialização, comprando médias empresas, que recuperam e integram nos seus próprios grupos, nomeadamente na metalomecânica ou na cerâmica e, por arrastamento, no imobiliário

A conjuntura adversa, com uma guerra em plena Europa e com a subida dos custos a energia, poderá travar o investimento?

Este movimento dos investidores estava em curso em finais do ano passado e continua, apesar do que aconteceu. Nesta altura, a crise decorrente da guerra e dos custos da energia, que dispararam, tem levado um número crescente e preocupante de empresários a assumirem que estão em crise e a produzir com prejuízo, que não conseguem repor rapidamente. Ao mesmo tempo, contudo, estamos a acompanhar um investimento que acreditamos que seja sustentado e que se vá manter.

De que resulta essa crença?

Por acreditarmos num movimento que é transversal a toda a

Europa, que é a perceção de que houve realmente uma desindustrialização precipitada e de que a Europa tem de recuperar alguns níveis de autonomia, nomeadamente em termos industriais. Nesse contexto, Portugal no seu conjunto, e o Norte em particular, tem condições para atrair este tipo de investimento.

Quais são os setores de atividade que atualmente enfrentam mais dificuldades?

O setor da metalurgia e metalomecânica é, nesta altura, uma atividade que está no topo das exportações portuguesas. Mercê de uma negociação que foi feita em relação aos custos da energia, ainda consegue ter preços relativamente controlados, mas já assume que pode ter dificuldade em continuar a produção.

Corremos o risco de ir para uma advocacia de crise, assente em reestruturações e problemas laborais, ou é cedo para pensarmos nisso?

O Governo tem estado a recusar essa lógica e tem avançado com a ideia de dar apoios que permitam a continuação da laboração. Se a perspetiva do Governo for sustentada por um prazo mínimo suficiente, de modo a garantir que com uma solução da guerra seja possível ultrapassar esta fase, provavelmente não chegaremos a uma economia, ou advocacia, de crise.

E se não for assim?

Se não, pode acontecer que estejamos a fazer ao mesmo tempo as duas coisas: a apoiar e



Dizemos que o país é seguro, com qualidade de vida, que as pessoas são fantásticas [...], mas esquecemo-nos de que é verdade, e que isso nos torna atrativos para os investidores.

Tiago Sousa Dias



“Foi inevitável aceitar o desafio” feito pela VdA

Em finais de 2021, em conjunto com outros sócios da PLMJ, firma a que estava ligado desde 2009, decidiu juntar-se a outra das grandes sociedades portuguesas independentes, a Vieira de Almeida e Associados (VdA). A que ficou a dever-se essa mudança?

Quando aceitei o desafio de entrar na PLMJ, o propósito foi tentar descobrir uma advocacia organizada de uma forma diferente da que tinha praticado até então. Quanto a esse convite, continuo a agradecer a quem o fez, particularmente ao Luís Sáragga Leal e ao José Miguel Júdice, que me proporcionaram uma magnífica experiência. Dentro daquilo que estava programado, essa experiência estava a chegar ao fim. Com a idade que tenho, poderia desistir de trabalhar. Só que fui desafiado para um projeto extremamente aliciente.

Vamos trabalhar em articulação com o escritório de Lisboa, mas podendo assumir uma proposta autónoma, quase “full service”, com as valências de fiscal, laboral, societário e M&A, imobiliário, público, concorrência, direito intelectual e proteção de dados. Ao mesmo tempo contaremos, de forma solidária e cooperante, com toda a equipa da VdA.

Qual é a dimensão da equipa no Porto?

Somos 33 advogados, dos quais cinco sócios com responsabilidade de coordenar as várias áreas de atividade. Temos duas sócias na área do societário e M&A, dois sócios na área de fiscal e um sócio na área de laboral. Da minha parte, em relação ao futuro, há também a responsabilidade de fazer a transição para uma nova geração e para uma nova gestão do escritório do Porto. ■

O que é que o convenceu a não desistir de trabalhar?

Sempre ouvi falar na VdA como a sociedade de advogados com melhor ambiente de trabalho e as melhores condições. Foi possível conhecer melhor esta realidade por dentro, através das pessoas com quem fui contactando, em particular o João Vieira de Almeida e o Frederico Gonçalves Pereira. Tomei consciência de que a sociedade acreditou definitivamente na região Norte, nas oportunidades que aí estavam a surgir e na evolução registada na advocacia do Porto. A partir desse momento foi inevitável aceitar o desafio.

Que tipo de trabalho vai ser desenvolvido no Porto?



Tomei consciência de que a sociedade acreditou definitivamente na região Norte, nas oportunidades que aí estavam a surgir e na evolução registada na advocacia do Porto.

a acolher investimentos novos, menos dependentes da energia; e ao mesmo tempo a apoiar setores que estão em dificuldade. Temos de estar preparados para isso. E penso que estamos.

Este é também o ano de arranque do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)...

Sim, mas as taxas de execução e de chegada de dinheiro, nesta altura, apesar da quantidade de projetos ser muita, são baixíssimas. Em particular as que se destinam ao setor privado.

O investimento no Estado não ajuda também o setor privado, na medida em que um melhor Estado é também uma reivindicação antiga?

Só não tenho a certeza de que seja melhor Estado, mas apenas mais Estado. Ainda não sei como é que as verbas vão ser distribuídas dentro do Estado. Apesar de tudo, cremos que, sendo bem aplicado, o que venha do PRR melhora a qualidade dos serviços prestados pelo Estado. Mas, como sabe, há a ideia de que as verbas têm estado mais orientadas para serviços mais básicos e menos na perspetiva de processos de reforma e de revitalização ou aperfeiçoamento do funcionamento do Estado.

Temos um novo Governo e vem aí um novo Orçamento do Estado. O que era importante que pudesse estar nesse diploma, no sentido de aju-

dar as empresas?

Revejo-me na ideia que tem sido difundida com caráter geral e transversal, de que o alívio da carga fiscal era essencial e que as empresas precisavam ser menos penalizadas nos encargos que a vários níveis têm de suportar para manter a sua atividade.

Deveria ser uma ajuda para empresas. É isso?

Acredito que a atividade empresarial é essencial para a criação de emprego, para que os salários, nomeadamente os salários médios, possam crescer de forma sustentada e para que a economia se desenvolva. Se o Orçamento puder favorecer esses dois designios nacionais, já prestava um grande serviço ao país. ■